



**MEMORANDO Nº 475/2022**

Manaus, 26 de outubro de 2022.

À Vossa Senhoria

Assessor(a) do setor Jurídico

Comissão de Assistência Social e Trabalho - CAST

Assunto: Encaminhamento de Parecer.

Em virtude das alterações necessárias na forma de trabalho, não estando ainda esta casa movimentando os projetos de capa amarela (de forma física) venho através deste, encaminhar o parecer favorável ao PL 632/2021 "Dispõe sobre doação de alimentos apreendidos pela Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado de Amazonas - ADAF, a programas e projetos na área de desenvolvimento social e combate à fome na forma como especifica", para prosseguimento.

  
JOÃO LUIZ  
Deputado estadual

**REPUBLICANOS**

Art. 26. A competência das Comissões abrange de forma ampla assuntos correlatos às áreas temáticas listadas no art. 27 deste Regimento, compreendendo os seguintes procedimentos incidentes sobre as respectivas atribuições:

(...)

II - o Presidente da Comissão nomeia relator para apresentar parecer prévio sobre a oportunidade e conveniência da medida e o alcance jurídico, administrativo, político, econômico, social ou orçamentário do objeto da fiscalização;



Art. 32. O Presidente de Comissão exerce, no que couber, atribuições assemelhadas as do Presidente da Assembleia, nos termos deste Regimento, e ainda:

(...)

II - designar Relator ou assumir a relatoria e assinar os pareceres com os demais membros;

Art. 36. Parecer é o opinativo escrito por um relator e submetido à deliberação de Comissão, devendo concluir pela aprovação ou rejeição de matéria a ela sujeita.

Av. Mário Ypiranga Monteiro, n.º 3.950 - Ed. Dep. José de Jesus Lins de Albuquerque - Parque Dez  
CEP 69.050-030 - Manaus - AM - Brasil

  [assembleiaam](https://www.aleam.gov.br) [www.aleam.gov.br](https://www.aleam.gov.br)

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2022.10000.00000.9.042107:

CARLOS EDUARDO BESSA DE SA - DEPUTADO(A) - EM 08/11/2022 11:56:07

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : EC4DD6C7000B22AE . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## **COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO - CAST**

### **PARECER**

**PROJETO DE LEI Nº 632/2021**

**PROPONENTE: DEPUTADO ADJUTO AFONSO**

**RELATOR: DEPUTADO JOÃO LUIZ**

Dispõe sobre doação de alimentos apreendidos pela Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado de Amazonas - ADAF, a programas e projetos na área de desenvolvimento social e combate à fome na forma como especifica.


### **I – RELATÓRIO.**

Submete-se à apreciação desta comissão o Projeto de Lei nº 632/2021, de autoria do Ilustre Deputado Estadual Adjuto Afonso, que “Dispõe sobre doação de alimentos apreendidos pela Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado de Amazonas - ADAF, a programas e projetos na área de desenvolvimento social e combate à fome na forma como especifica”.

A proposição foi apresentada em 23 de novembro de 2021 e incluída em reuniões ordinárias dos dias 24, 25 e 30 de novembro de 2021, tendo permanecido em pauta, não tendo recebido quaisquer emendas.

Sendo encaminhada para a Comissão de Constituição Justiça e Redação, Comissão de Assuntos Econômicos, tendo recebido pareceres favoráveis de ambas as comissões por onde tramitou e sem receber emenda, sendo remetido à esta Comissão de Assistência Social e trabalho – CAST

Av. Mário Ypiranga Monteiro, n.º 3.950 - Ed. Dep. José de Jesus Lins de Albuquerque - Parque Dez  
CEP 69.050-030 - Manaus - AM - Brasil

 [assembleiaam](https://www.ale.am.gov.br) [www.ale.am.gov.br](http://www.ale.am.gov.br)

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2022.10000.00000.9.042107:

CARLOS EDUARDO BESSA DE SA - EM 08/11/2022 11:56:07

JOANA DAR'C DOS SANTOS CORDEIRO - EM 02/12/2022 09:36:50

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 13040BEA000B22AF . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





em 13 de outubro de 2022, onde fui indicado relator no dia 18 de outubro de 2022.

Desta forma, nas atribuições conferidas pelo artigo 27 inc. XXIII, c/c Art. 127, ambos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Amazonas, onde passo a atuar na qualidade de Relator.

É o breve relatório. Passo a opinar.

## II – FUNDAMENTAÇÃO:

Percebe-se a justa preocupação do autor ao disciplinar um tema que objetiva mitigar a fome por meio da doação de alimentos apreendidos pela Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado de Amazonas – ADAF.

Ressaltando, por oportuno, que a doação pretendida será realizada desde que observem as seguintes condições:

1. a apreensão apresente irregularidades insanáveis, o que não caberia a modalidade de apreensão cautelar;
2. os alimentos apreendidos tenham origem comprovada; e
3. os alimentos apreendidos estejam em condições sanitárias adequadas ao consumo, dentro dos padrões higiênico-sanitários previstos na legislação.

O projeto em análise tem como base a Lei Estadual 16.985/2020 de Pernambuco, que Determina a doação de alimentos apreendidos pela Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco - ADAGRO, a programas e projetos na área de desenvolvimento social e combate à fome, o qual se apoia firmemente no Diploma Federal acerca do Princípio da dignidade da pessoa humana (Art. 1º, inciso III), bem como do direito social à alimentação (Art. 6º).





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

Faz-se mister atentar para o fato de que, não obstante já existir um Programa de compra de alimentos para a finalidade de abastecer ações de combate à fome, a saber o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), programa federal de compra com doação simultânea executado no Amazonas pela Secretaria de Estado da Produção Rural (Sepror), o projeto em tela visa tão somente disciplinar um complemento a esse nobre escopo por meio de uma outra fonte, cujo destino poderia estar sujeito a outras relutâncias.

Reconhecendo a importância de se apoiar políticas públicas que fomentem o combate à Fome, flagelo agravado por um recrudescimento indesejável da crise econômica que assola o país e sendo alimentação direito social garantido pelo Art. 6º da Constituição federal, conforme preceitua:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Portanto, a propositura está amparada pelos moldes legais, trazendo objeto de suma importância.

Por fim, quanto ao que cabe a esta Comissão analisar, entendo que a matéria está em pleno acordo com o que dispõe o artigo 27, XXIII, do Regimento Interno, senão vejamos:

Art. 27. As Comissões Técnicas Permanentes exercem os procedimentos firmados no art. 26 deste Regimento, nos limites estabelecidos na Constituição Estadual, com as seguintes denominações e abrangências temáticas:

(...)





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

XXIII – Comissão de Assistência Social e Trabalho: (Redação dada pela Resolução Legislativa n. 584, de 09.02.2015)

a) política pública, programas, projetos, atividades e matérias sobre a assistência social, direitos humanos e povos indígenas; (Redação dada pela Resolução Legislativa n. 693, de 20.02.2019)

b) assistência social, envolvendo a proteção à maternidade, à criança, ao adolescente, ao idoso e à pessoa com deficiência; (Redação dada pela Resolução Legislativa n. 693, de 20.02.2019)

c) fiscalização do cumprimento das leis que assegurem os direitos constitucionalmente garantidos atinentes a seu campo de atuação, recebendo e processando representações contra atos abusivos ou lesivos a tais direitos, visando à apuração das responsabilidades; (Redação dada pela Resolução Legislativa n. 693, de 20.02.2019)

d) estímulo, apoio e desenvolvimento de estudos, debates, propostas e promoção de eventos, visando à melhoria das condições de vida e ao combate a violações de direitos dos segmentos por ela abrangidos. (Redação dada pela Resolução Legislativa n. 693, de 20.02.2019)

§ 1º A abrangência contida nos incisos deste artigo não impede o exercício dos procedimentos listados no art. 26, face à existência de matéria correlata à temática de cada Comissão. (Redação dada pela Resolução Legislativa n. 584, de 09.02.2015)

§ 2º As Comissões podem funcionar como centro de atendimento a seus públicos referenciais, objetivando mediar, conciliar e resolver conflitos referentes a seus interesses,





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

devendo a Mesa Diretora promover o suporte necessário ao cumprimento de tal função. (Redação dada pela Resolução Legislativa n. 584, de 09.02.2015)

Diante da grande relevância social que se reveste a matéria do projeto em análise na defesa da dignidade humana, tendo em vista a constatação de que a propositura atende os preceitos legais, bem como sua conformidade com as regras do Processo Legislativo, recomendo sua aprovação.

### III – VOTO

Do esboçado na fundamentação, sob o prisma que me compete, manifesto-me **FAVORÁVEL** pela aprovação do Projeto de Lei 632/2021, conclamando aos demais membros desta Comissão e ao Plenário desta casa de Leis, idêntico parecer.

**S.R. DA COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO - CAST DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 26 de outubro de 2022.**

  
JOÃO LUIZ  
Deputado estadual

**Relator**

**Membro da Comissão de Assistência Social e Trabalho - CAST**



Documento 2022.10000.00000.9.042107  
Data 27/10/2022



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

**TRAMITAÇÃO**  
**Documento Nº 2022.10000.00000.9.042107**

**Origem**

---

**Unidade:** DJL-PROJETOS  
**Enviado por:** LUANA CRISTINA DE SOUZA CABRINI  
**Data:** 27/10/2022

**Destino**

---

**Unidade:** COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO  
:

**Despacho**

---

**Motivo:** ANÁLISE E PROVIDENCIAS

**Despacho:** ENCAMINHO PARECER FAVORÁVEL AO PL 632/2021 ?DISPÕE SOBRE DOAÇÃO DE ALIMENTOS APREENDIDOS PELA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO DE AMAZONAS - ADAF, A PROGRAMAS E PROJETOS NA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME NA FORMA COMO ESPECIFICA?, PARA PROSSEGUIMENTO.